

LEI N.º 637, DE 03 DE JULHO DE 2008.

**DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
DERIVADAS DE CONDUTAS LESIVAS AO MEIO
AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA faz saber que a Câmara Municipal de Mangaratiba aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I

**Seção I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DAS PENALIDADES**

Art. 1º - Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão dolosa ou culposa que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Parágrafo único - As infrações administrativas ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, observadas as disposições desta lei.

Art. 2º - As infrações administrativas serão punidas com as seguintes sanções, observadas nas circunstâncias atenuantes e agravantes:

- I** – advertência;
- II** – multa simples;
- III** – multa diária;
- IV** – apreensão;
- V** – destruição ou inutilização do produto;
- VI** – suspensão de venda e fabricação do produto;
- VII** – embargo de obra ou atividade;
- VIII** – suspensão parcial ou total das atividades;
- IX** – interdição do estabelecimento;

§ 1º - Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º - A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo às demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º - A multa simples será aplicada sempre que o agente, por culpa ou dolo:

- I** – advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinado pela autoridade ambiental competente;
- II** – notificado, deixar de atender às determinações da autoridade ambiental competente.

§ 4º - A multa simples poderá ser convertida em prestação de serviços de melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, após parecer técnico do órgão competente, análise do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba e com aquiescência do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º - A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo, até cessar a ação degradadora ou até celebração de termo de compromisso com o órgão municipal, visando à reparação do dano causado, após parecer técnico do órgão competente, análise do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba e com aquiescência do Chefe do Poder Executivo.

§ 6º - A apreensão e a destruição ou inutilização, referidas nos incisos IV e V do "caput", obedecerão ao seguinte:

I – os animais serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados;

II – tratando-se de produtos perecíveis ou madeira, serão os mesmos avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares e outras com fim beneficentes;

III – os produtos e subprodutos da fauna, não perecíveis, serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV – os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização através da reciclagem, e observados, no que couber, os princípios de licitação.

V – todas as ações acima descritas deverão ser comprovadas através de Formulário Próprio, devidamente assinado pelo representante do órgão municipal e pelo representante da entidade ou instituição beneficiada, bem como por duas testemunhas e pelo técnico responsável, em caso de destruição dos bens apreendidos.

§ 7º - As sanções indicadas nos incisos VI a IX deste artigo serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º - As penalidades previstas nos incisos VIII e IX do *caput* deste artigo serão aplicadas pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, após parecer técnico do órgão competente e análise do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba.

§ 10 – Independente da aplicação de quaisquer sanções, o infrator será obrigado a reparar ou indenizar os danos ambientais por ele causados.

§ 11 – A aplicação de quaisquer das sanções previstas nesta lei deverá prever a obrigatoriedade do infrator recuperar o meio ambiente e descontaminar a área ou ecossistema degradado, custeando estas ações reparadoras com seus próprios recursos.

Art. 3º - No exercício da ação fiscalizadora, observado o disposto no Art. 5º, XI, da Constituição Federal, ficam asseguradas às autoridades ambientais a entrada e a permanência em estabelecimentos públicos ou privados, competindo-lhes obter informações relativas a projetos, instalações, dependências e demais unidades do estabelecimento sob inspeção, respeitando o sigilo industrial.

Parágrafo único – O agente de fiscalização requisitará o emprego de força policial, sempre que for necessário, para garantir o exercício de sua função.

Art. 4º - Os valores arrecadados com a venda dos bens de que trata o inciso IV do § 6º do art. 2º e o pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, instituído pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba.

Parágrafo único – As multas estabelecidas nesta Lei deverão ser recolhidas pelo infrator no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da intimação do auto de infração, através de guia de pagamento emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda, ressalvado o disposto no *caput* dos artigos 26 e 27, desta Lei.

Art. 5º - A multa, sempre que possível, terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 6º - Os valores das multas de que trata este Capítulo serão fixados no Capítulo III desta lei e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de 50 (cinquenta) e o máximo de 5.000.000 (cinco milhões) de UFIR.

Parágrafo único - Na hipótese de extinção da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, deverá ser adotado para fins de aplicação de valor da multa outro índice adotado pelo Governo Federal.

Art. 7º - O descumprimento de qualquer preceito estabelecido na legislação de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, para os quais não haja cominação específica, será apenado com multa com o valor de 50 (cinquenta) a 50.000 (cinquenta mil), UFIR corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente.

Seção II

DA IMPOSIÇÃO E GRADAÇÃO DA SANÇÃO

Art. 8º - Para imposição e gradação das penalidades previstas nesta Lei, em especial àquelas previstas nos incisos II ao IX, do artigo 2º, a autoridade competente deverá solicitar parecer técnico do órgão competente e análise do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, observando ainda:

- I** – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e o meio ambiente;
- II** – os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;
- III** – a situação econômica do infrator.

Art. 9º - São circunstâncias que sempre atenuam a penalidade:

- I** – o baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;
- II** – a reparação espontânea do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada;
- III** – a comunicação prévia pelo infrator, do perigo iminente de degradação ambiental;
- IV** – a colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental;
- V** – ter o infrator promovido ou estar promovendo programas de educação ambiental em conformidade com a política municipal de educação ambiental;
- VI** – ter o infrator implementado, ou estar implementando, planos e programas voluntários de gestão ambiental, visando à melhoria contínua e o aprimoramento ambiental, segundo diretrizes formuladas por entidades certificadoras reconhecidas no Brasil.

Art. 10 – São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração:

- I** – reincidência nas infrações de natureza ambiental;
- II** – ausência de comunicação, pelo infrator, do perigo iminente de degradação ambiental ou de sua ocorrência à autoridade ambiental;
- III** – ter o agente cometido a infração:

- a) - para obter vantagem pecuniária ou outro motivo torpe;
 - b) - coagindo outrem para a execução material da infração;
 - c) - afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
 - d) - causando danos à propriedade alheia;
 - e) - atingindo áreas de unidades de conservação ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso;
 - f) - atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos;
 - g) - em período de defeso à fauna;
 - h) - em domingos ou feriados;
 - i) - à noite;
 - j) - em épocas de secas ou inundações;
 - k) - no interior de espaço territorial especialmente protegido;
 - l) - com o emprego de métodos cruéis para abate ou captura de animais;
 - m) - mediante fraude ou abuso de confiança;
 - n) - mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental;
 - o) - no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;
 - p) - atingindo espécies ameaçadas, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes;
 - q) - facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.
- IV** – ter o infrator iniciado obra ou atividade em desrespeito às determinações da licença ambiental.

§ 1º - A ocorrência da circunstância agravante, prevista no inciso II deste artigo, implicará imposição de multa, no mínimo, equivalente a um terço do valor máximo previsto para a infração.

§ 2º - A imposição de multa, na forma prevista no parágrafo anterior, poderá ser atenuada, nos casos de infração cometida por pessoa física, microempresa ou empresa de pequeno porte, que não tenha atuado com dolo e que não seja reincidente na prática de infrações administrativas, após parecer técnico do órgão competente e análise do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba.

CAPÍTULO II

Seção I

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL

Art. 11 – São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os servidores do órgão ambiental municipal, designados para tal fim, nos termos da legislação pertinente.

§ 1º - A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, observado o processo administrativo previsto nesta lei, sob pena de co-responsabilidade.

§ 2º - Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá provocar a atuação das autoridades responsáveis pelo controle e fiscalização ambientais, para efeito do exercício de seu poder de polícia administrativa.

Art. 12 – O processo administrativo de apuração e punição por infrações à legislação ambiental terá início com a lavratura do auto de constatação de infração ambiental por determinação de autoridade competente.

Parágrafo único – O auto de constatação conterá:

I – a identificação do interessado;

II – o local, a data e a hora da infração;

III – a descrição da infração ou infrações e a menção do (s) dispositivo (s) legal (s) transgredidos;

IV – a (s) penalidade (s) a que está sujeito o infrator e o (s) respectivo (s) preceito (s) legal (s) que autoriza a sua imposição; e

V – assinatura da autoridade responsável.

Art. 13 – O auto de infração será lavrado com base no auto de constatação da fiscalização ambiental e nos demais elementos do processo, pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba ou pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único – O auto de infração, além das informações do auto de constatação, conterá:

I – o valor e o prazo para o recolhimento da multa;

II – o prazo para interposição de recurso;

III – todas as provas, informações e dados hábeis à adequada instrução do processo, necessários à tomada de decisão, trazidos pela administração e/ou pelo interessado.

Seção II **DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS**

Art. 14 – O infrator será intimado da lavratura do auto de infração, para ciência de decisão ou efetivação de diligência:

I – pessoalmente, por ciência no processo;

II – por via postal, com aviso de recebimento, ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 1º - A intimação deverá conter:

I – identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II – finalidade da intimação;

III – data, hora e local em que deve comparecer;

IV – se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V – informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI – indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes;

§ 2º - A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.

§ 3º - A intimação será considerada efetivada caso o aviso de recebimento seja assinado por empregado ou preposto do infrator, ressalvados os casos em que este provar que os signatários não tinham condições de compreender a natureza da intimação ou agiram com dolo ou má fé.

§ 4º - As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 15 – O prazo para pagamento da multa é de 30 (trinta) dias, a contar da intimação do auto de infração.

Seção III

DA INSTRUÇÃO

Art. 16 – São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.

Art. 17 – Quando necessária à instrução do processo, poderá ser realizada em reunião conjunta, com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, qualquer órgão ambiental interessado, entidades da sociedade civil e da comunidade afetada, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos.

Parágrafo único – Designados dia, local e horário para a reunião aludida no "caput", dela será intimada a defesa para, querendo, comparecer, podendo tal procedimento ser realizado durante reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente, desde que o caso esteja previamente estabelecido em pauta.

Art. 18 – Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no Art. 19 desta lei.

Art. 19 – Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, a obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

Art. 20 – O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, realizar perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

§ 1º - Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

§ 2º - Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 21 – Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de dez dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 22 – Quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.

Art. 23 – Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, sem a prévia manifestação do interessado.

Art. 24 – O órgão municipal durante a instrução elaborará relatório indicando os fatos e fundamentos legais da infração, anexando o conteúdo das fases do procedimento, encaminhando o relatório ao Ministério Público Estadual e demais órgãos ambientais competentes.

Seção IV DOS RECURSOS

Art. 25 – Das decisões tomadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, inclusive as que redundarem em aplicação de multa, poderá o infrator interpor recursos para o Secretário Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 20 (vinte) dias contados da intimação, nos termos do Art. 14 desta Lei.

Art. 26 – O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamento das multas e, quanto às demais infrações, apenas devolutivo.

Parágrafo único – A autoridade que exercer o juízo de admissibilidade do recurso, se houver pedido do recorrente, poderá, fundamentadamente, após parecer técnico do órgão competente, análise do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba e com aquiescência do Chefe do Poder Executivo, conferir efeito suspensivo ao recurso, nas hipóteses em que a execução imediata da penalidade possa acarretar dano irreparável.

Art. 27 – Caso a decisão do recurso mantenha a multa, integral ou parcialmente, o infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento, contados da data da publicação da decisão no boletim informativo oficial do município.

Parágrafo único – Caso o pagamento não seja efetuado no prazo acima previsto, os autos serão imediatamente remetidos à Procuradoria-Geral do Município para inscrição e cobrança do débito, cujo valor será acrescido de 10% (dez por cento) de multa moratória para pagamento administrativo na Procuradoria, e de 20% (vinte por cento) para pagamento judicial.

Art. 28 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo exclui-se o dia do começo, incluindo-se o do vencimento.

Art. 29 – Em qualquer fase do processo administrativo, ou antes que este seja instaurado, os agentes de fiscalização dos órgãos ambientais municipais poderão impor, cautelarmente, as medidas previstas nos incisos IV, VI, VII, VIII e IX do Art. 2º, quando constatarem a ocorrência ou a iminência de significativo risco à saúde da população ou de degradação ambiental de difícil reparação, mediante decisão devidamente fundamentada.

§ 1º - O agente fiscalizador intimará o responsável pela atividade determinando as medidas a serem adotadas.

§ 2º - A decisão produzirá efeito desde sua ciência pelo infrator e vigorará pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Intimado o infrator da providência cautelar aludida, o agente fiscalizador, sob pena de infração disciplinar grave, comunicará o fato a seu superior imediato para que este dê ciência ao Conselho municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, que, fundamentadamente e em 30 (trinta) dias, suspenderá ou ratificará a medida, ou, se for o caso, solicitará ao Secretário Municipal de Meio Ambiente que a mantenha por tempo que julgue necessário, conforme razões de interesse público expostas expressamente.

§ 4º - Em 20 (vinte) dias da ciência da decisão do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o interessado poderá interpor recurso ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, diretamente no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Mangaratiba.

Capítulo III

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS EM ESPÉCIE E DAS PENALIDADES

SEÇÃO I

DAS SANÇÕES APLICÁVEIS ÀS INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA

Art. 30 - Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em

rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Multa de 500 (quinhentos) UFIR por unidade com acréscimo por exemplar excedente de:
I – 5.000 (cinco mil) UFIR por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I do Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção-CITES; e

II – 3.000 (três mil) UFIR por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

§ 1º - Incorre nas mesmas multas quem:

I – impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II – modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural; ou

III – vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 2º - No caso de guarda doméstica de espécime silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode a autoridade competente, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a multa.

§ 3º - No caso de guarda de espécime silvestre, pode a autoridade competente deixar de aplicar as sanções previstas nesta Lei, quando o agente espontaneamente entregar os animais ao órgão ambiental competente.

§ 4º- São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras.

§ 5º - As condutas assinaladas nos parágrafos 2º e 3º deste artigo, dependerão de parecer técnico do órgão competente e análise do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba.

Art. 31 - Introduzir espécime animal no Município, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade competente:

Multa de 2.000 (dois mil) UFIR com acréscimo por exemplar excedente da autorização:

I – 200 (duzentos) UFIR por unidade;

II – 5.000 (cinco mil) UFIR por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES; e

III – 3.000 (três mil) UFIR por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

Art. 32 - Coletar material zoológico para fins científicos sem licença especial expedida pela autoridade competente:

Multa de 200 (duzentos) UFIR com acréscimos por exemplar excedente de:

I – 50 (cinquenta) UFIR por unidade;

II – 5.000 (cinco mil) UFIR por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES;

III – 3.000 (três mil) UFIR por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

Parágrafo único - Incorre nas mesmas multas:

I – quem utilizar, para fins comerciais ou esportivos, as licenças especiais a que se refere este artigo; e

II – a instituição científica, oficial ou oficializada, que deixar de dar ciência ao órgão público competente das atividades dos cientistas licenciados no ano anterior.

Art. 33 - Praticar caça profissional no Município de Mangaratiba:

Multa de 5.000 (cinco mil) UFIR com acréscimo por exemplar excedente de:

I – 500 (quinhentos) UFIR por unidade;

II –10.000 (dez mil) UFIR por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES; e

III –5.000 (cinco mil) UFIR por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do anexo II da CITES.

Art. 34 - Comercializar produtos e objetos que impliquem a caça, perseguição, destruição ou apanha de espécimes da fauna silvestre:

Multa de 1.000 (mil) UFIR com acréscimo de 200 (duzentos) por exemplar excedente.

Art. 35 - Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Multa de 500 (quinhentos) a 2.000 (dois mil) UFIR com acréscimo por exemplar excedente;

I – 200 (duzentos) UFIR por unidade;

II – 10.000 (dez mil) UFIR por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES; e

III –5.000 (cinco mil) UFIR por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

Parágrafo único - Incorre nas mesmas multas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

Art. 36 - Provocar, pela emissão de efluentes ou carregamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas costeiras:

Multa de 5.000 (cinco mil) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR.

Parágrafo único - Incorre nas mesmas multas quem:

I – causa degradação em viveiros, açudes ou estações de aquicultura de domínio público;

II – explora campos naturais de invertebrados aquáticos e algas, sem licença, permissão ou autorização da autoridade competente; e

III – fundeia embarcações ou lança detritos de qualquer natureza sobre bancos de moluscos ou corais, devidamente demarcados em carta náutica.

Art. 37 - Praticar pesca profissional nos rios municipais, sem autorização do órgão competente:

Multa de 700 (setecentos) a 100.000 (cem mil) UFIR com acréscimo de 10.00 (dez) UFIR por quilo do produto da pescaria.

Art. 38 - Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente:

Multa de 700 (setecentos) a 100.000 (cem mil) UFIR com acréscimo de 10 (dez) UFIR por quilo do produto da pescaria.

Parágrafo único - Incorre nas mesmas multas, quem:

I – pescar espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos;

II – pescar quantidades superiores às permitidas ou mediante a utilização de aparelhos, apetrechos, técnicas e métodos não permitidos; e

III – transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibida.

Art. 39 - Pescar com a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes, ou substâncias tóxicas, ou ainda, por outro meio proibido pela autoridade competente:

Multa de 700 (setecentos) a 100.000 (cem mil) UFIR com acréscimo de 10 (dez) UFIR por quilo do produto da pescaria.

Art. 40 - Molestar de forma intencional toda espécie de cetáceo em águas costeiras:
Multa de 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR.

Art. 41 - É proibida a importação ou a exportação de quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de evolução, bem como a introdução de espécies nativa ou exótica em corpos hídricos, sem autorização do órgão ambiental competente;

Multa de 3.000 (três mil) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR.

Art. 42 - Explorar campos naturais de invertebrados aquáticos e algas, bem como recifes de coral sem autorização do órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida:
Multa de 500 (quinhentos) a 10.000 (dez mil) UFIR.

SEÇÃO II

DAS SANÇÕES APLICÁVEIS ÀS INFRAÇÕES CONTRA A FLORA

Art. 43 - Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-los com infringência das normas de proteção:
Multa de 1.500 (mil e quinhentos) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR por hectare ou fração.

Art. 44 - Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente:

Multa de 1.500 (mil e quinhentos) a 5.000 (cinco mil) UFIR por hectare ou fração, ou 500 (quinhentos) UFIR por metro cúbico.

Art. 45 - Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização:
Multa de 200 (duzentos) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR.

Art. 46 - Provocar incêndio em mata ou floresta:

Multa de 1.500 (mil e quinhentos) UFIR por hectare ou fração queimada.

Art. 47 - Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano:

Multa de 1.000 (mil) a 10.000 (dez mil) UFIR por unidade.

Art. 48 - Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais:

Multa simples de 1.500 (mil e quinhentos) UFIR por hectare ou fração.

Art. 49- Cortar ou transformar em carvão madeira de lei, assim classificada em ato do Poder Público, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, em desacordo com as determinações legais:

Multa de 500 (quinhentos) UFIR por metro cúbico.

Art. 50 - Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até o final beneficiamento:

Multa Simples de 100 (cem) a 500 (quinhentos) UFIR por unidade, estéreo, quilo, mdc ou metro cúbico.

Parágrafo único - Incorre nas mesmas multas, quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

Art. 51 - Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação:
Multa de 300 (trezentos) UFIR por hectare ou fração.

Art. 52 - Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos:

Multa de 500 (quinhentos) UFIR por árvore.

Art. 53 - Coletar, transportar, ou comercializar plantas ornamentais nativas silvestres, sem a devida autorização do órgão ambiental:

Multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentos) UFIR por unidade.

Art. 54 - Comercializar motosserra ou utilizá-la em floresta ou demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade ambiental competente:

Multa simples de 500 (quinhentos) UFIR por unidade comercializada.

Art. 55 - Ingressar em Unidades de Conservação, conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente:

Multa de até 1.000 (mil) UFIR.

Art. 56 - Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação:

Multa de até 1.500 (mil e quinhentos) UFIR por hectare ou fração.

Art. 57 - Explorar área de reserva legal, florestas e formação sucessoras de origem nativa, tanto de domínio público, quanto de domínio privado, sem aprovação prévia do órgão ambiental competente, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, manejo e reposição florestal:

Multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) UFIR por hectare ou fração, ou por unidade, estéreo, quilo, mdc ou metro cúbico.

Art. 58 - Desmatar, a corte raso, área de reserva legal:

Multa de até 1.500 (mil e quinhentos) UFIR por hectare ou fração.

Art. 59 - Fazer uso de fogo em área agropastoris sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida:

Multa de 1.000 (mil) UFIR por hectare ou fração.

SEÇÃO III DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À POLUIÇÃO E A OUTRAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 60 - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Multa de 1.000 (mil) a 5.000.000 (cinco milhões) de UFIR ou multa diária.

§ 1º - Incorre nas mesmas multas quem:

I – tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para ocupação humana;

II – causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III – causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV – dificultar ou impedir o uso público das praias;

V – lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos;

VI – deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

§ 2º - As multas e demais penalidades de que trata este artigo serão aplicadas após laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração.

Art. 61 - Executar pesquisa, lavra ou extração de resíduos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença ou desacordo com a obtida:

Multa de 5.000 (cinco mil) a 1.000.000 (um milhão) UFIR por hectare ou fração.

Parágrafo único - Incorre nas mesmas multas quem deixar de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.

Art. 62 - Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em seus regulamentos:

Multa de 5.000 (cinco mil) a 1.000.000 (um milhão) UFIR.

§ 1º - Incorre nas mesmas penas, quem abandona os produtos ou substâncias referidas no "caput", ou utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º - Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a multa é aumentada ao quádruplo.

Art. 63 – Iniciar obras ou atividade, construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de 5.000 (cinco mil) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR.

Art. 64 - Disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar danos à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas:

Multa de 5.000 (cinco mil) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR.

Art. 65 - Importar ou comercializar veículo automotor sem Licença para Uso da Configuração de Veículos ou Motor-LCVM expedida pela autoridade competente:

Multa de 1.000 (hum mil) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR e correção de todas as unidades de veículo ou motor que sofrerem alterações.

Art. 66 - Alterar ou promover a conversão de qualquer item em veículos ou motores novos ou usados, que provoque alterações nos limites e exigências ambientais previstas em lei:

Multa de 500 (quinhentos) a 10.000 (dez mil) UFIR por veículo, e correção da irregularidade.

SEÇÃO IV DAS SANÇÕES APLICÁVEIS ÀS INFRAÇÕES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 67 - Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I – bem especialmente protegido por lei, por ato administrativo ou por decisão judicial; ou

II – arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, por ato administrativo ou por decisão judicial:

Multa de 10.000 (dez mil) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR.

Art. 68 - Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Multa de 10.000 (dez mil) a 200.000 (duzentos mil) UFIR.

Art. 69 - Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Multa de 10.000 (dez mil) a 100.000 (cem mil) UFIR.

Art. 70 - Pichar, grafitar ou por qualquer meio conspurcar monumento urbano, ou edificação pública ou privada:

Multa de 100 (cem) a 20.000 (vinte mil) UFIR.

Parágrafo único - Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada, em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a multa é aumentada em dobro.

SEÇÃO V DAS SANÇÕES APLICÁVEIS ÀS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL

Art. 71 - Deixar, o comerciante, de apresentar declaração de estoque e valores oriundos de comércio de animais silvestres:

Multa de 200 (duzentos) UFIR por unidade em atraso.

Art. 72 - Deixar de apresentar aos órgãos competentes as inovações concernentes aos dados fornecidos para o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins:

Multa de 5.000 (cinco mil) a 100.000 (cem mil) UFIR por produto.

Art. 73 - Deixar de constar de propaganda comercial de agrotóxicos, seus componentes e afins em qualquer meio de comunicação, clara advertência sobre os riscos do produto à saúde humana, aos animais e ao meio ambiente ou desatender os demais preceitos da legislação vigente:

Multa de até 5.000 (cinco mil) UFIR.

Art. 74 - Deixar o fabricante de cumprir os requisitos de garantia ao atendimento dos limites vigentes de emissão de poluentes atmosféricos e de ruído, durante os prazos e quilometragens previstos em normas específicas, bem como deixar de fornecer aos usuários todas as orientações sobre a correta utilização e manutenção de veículos ou motores:

Multa de 100.000 (cem mil) a 1.000.000,00 (um milhão) UFIR.

SEÇÃO VI DAS SANÇÕES APLICÁVEIS ÀS INFRAÇÕES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL

Art. 75 - Deixar, sem justa causa, de cumprir as regulares intimações dos órgãos ambientais estaduais, nos termos do art. 14 desta Lei:

Multa de 50 (cinquenta) a 8.000 (oito mil) UFIR .

Art. 76 – Descumprir, sem justo motivo, cronograma ajustado com órgãos ambientais:
Multa de 400 (quatrocentos) a 40.000 (quarenta mil) UFIR.

Parágrafo único - Na hipótese de existência de multa específica prevista em termo de compromisso ou de ajustamento ambiental, prevalecerá a multa de maior valor.

Art. 77 – Danificar, culposa ou dolosamente, equipamento dos órgãos ambientais municipais:

Multa de 500 (quinhentos) a 30.000 (trinta mil) UFIR sem prejuízo da obrigação de indenizar os danos causados, nos termos da lei.

Art. 78 - Desrespeitar ou desacatar agente fiscalizador dos órgãos ambientais municipais:

Multa de 250 (duzentos e cinquenta) a 15.000 (quinze mil) UFIR.

Art. 79 - Impedir ou, de qualquer modo, dificultar a ação de fiscalização dos órgãos ambientais municipais:

Multa de 250 (duzentos e cinquenta) a 15.000 (quinze mil) UFIR.

Art. 80 - Deixar de prestar aos órgãos ambientais informações exigidas pela legislação pertinente ou prestar informações falsas, distorcidas, incompletas ou modificar relevante dado técnico solicitado:

Multa de 250 (duzentos e cinquenta) a 100.000 (cem mil) UFIR.

Art. 81 - Deixar de cumprir as deliberações do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, a que deve observância em razão da atividade econômica

Multa de 500 (quinhentos) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES RELATIVAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 82 - Dar início à instalação de qualquer atividade ou testar qualquer equipamento sem possuir licença de instalação, quando esta for exigível, salvo se a demora na obtenção de licença não puder ser atribuída ao empreendedor:

Multa de 200 (duzentos) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR se o infrator for pessoa física, e de 400 (quatrocentos) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 83 - Instalar atividade ou testar qualquer equipamento em desacordo com as condições ou restrições estabelecidas na respectiva licença de instalação:

Multa de 200 (duzentos) a 80.000 (oitenta mil) UFIR se o infrator for pessoa física, e de 300 (trezentos) a 800.000 (oitocentos mil) UFIR se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 84 - Dar início ou prosseguir na operação de qualquer atividade sem possuir licença de operação, quando esta for exigível, salvo se a demora na obtenção de licença não for atribuída ao empreendedor:

Multa de 200 (duzentos) a 90.000 (noventa mil) UFIR se o infrator for pessoa física, e de 400 (quatrocentos) a 1.000.000 (um milhão) UFIR se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 85 - Dar prosseguimento a operação de qualquer atividade depois de vencido o prazo de validade da respectiva licença de operação, salvo se já tiver sido protocolizado o respectivo pedido de renovação de licença:

Multa de 200 (duzentos) a 100.000 (cem mil) UFIR se o infrator for pessoa física, e de 300 (trezentos) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 86 - Operar atividade licenciada em desacordo com as condições ou restrições estabelecidas na respectiva licença de operação:

Multa de 200 (duzentos) a 90.000 (noventa mil) UFIR se o infrator for pessoa física, e de 300 (trezentos) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR se o infrator for pessoa jurídica.

SEÇÃO VIII

DAS OUTRAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 87 - Causar, por poluição da água, do ar ou do solo, incômodo ou danos materiais ou morais a terceiros:

Multa de 400 (quatrocentos) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR se o infrator for pessoa física, e de 800 (oitocentos) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR, se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 88 - Poluir o ar por emissão proveniente de fonte fixa ou móvel:

Multa de 1.000 (mil) a 100.000 (cem mil) UFIR.

Art. 89 - Poluir o ar por queima de material de qualquer natureza ao ar livre:

Multa de 100 (cem) a 10.000 (dez mil) UFIR.

Art. 90 - Poluir o ar por lançamento de resíduos gasosos ou de material particulado proveniente de fontes fixas ou móveis:

Multa de 1.000 (mil) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR.

Art. 91 - Poluir o solo por lançamento de resíduos sólidos ou líquidos:

Multa de 1.000 (mil) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR.

Art. 92 – Poluir, por qualquer forma ou meio, o solo ou corpos hídricos dificultando ou impedindo, ainda que temporariamente, o seu uso por terceiros:

Multa de 1.000 (mil) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR.

Art. 93 - Causar degradação ambiental que provoque erosão, deslizamento, desmoronamento ou modificação nas condições hidrográficas ou superficiais:
Multa de 1.000 (mil) a 500.000 (quinhentos mil) UFIR.

Art. 94 - Dispor, guardar ou ter em depósito, ou transportar resíduos sólidos em desconformidade com a regulamentação pertinente:
Multa de 1.000 (hum mil) a 200.000 (duzentos mil) UFIR.

Art. 95 - Poluir a água ou o solo por vazamento de óleo ou outros hidrocarbonetos:
Multa de 1.000 (hum mil) a 5.000.000 (cinco milhões) UFIR.

Art. 96 – Causar incômodo ou danos materiais à vizinhança com águas ou ar poluídos:
Multa de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) UFIR.

Art. 97 - Descumprir qualquer preceito estabelecido em leis municipais de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, para as quais não haja cominação específica:
Multa de 50(cinqüenta) a 5.000 (cinco mil) UFIR.

Art. 98 - Quando as infrações previstas nesta Seção resultarem ou puderem resultar em danos à saúde humana, provocarem mortandade de animais ou destruição significativa da flora, ou forem acompanhadas das circunstâncias previstas no art. 10 desta Lei, as multas poderão alcançar 5.000.000,00 (cinco milhões) UFIR.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 99 - As multas aplicadas com base nesta Lei poderão ter a sua exigibilidade suspensa, mediante a celebração de termo de compromisso ou de ajuste ambiental, a exclusivo critério do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, obrigando-se o infrator à adoção de medidas específicas para fazer cessar a degradação ambiental, sem prejuízo das demais medidas necessárias ao atendimento das exigências impostas pelas autoridades competentes.

§ 1º - O termo de compromisso ou de ajuste ambiental, com força de título executivo extrajudicial, disporá, obrigatoriamente, sobre:

I – o nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

II – o prazo de vigência do compromisso que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, devendo, em caso de prorrogação – que não poderá ser superior a um ano – prever a aplicação de multa específica para cada cláusula descumprida;

III – a descrição detalhada de seu objeto, o valor do investimento previsto e o cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas trimestrais a serem atingidas;

IV - as multas que podem ser aplicadas à pessoa física ou jurídica compromissada, cujo valor não poderá ser superior ao valor do investimento previsto, e os casos de extinção do compromisso, em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas, sem prejuízo da possibilidade de o órgão ambiental exigir garantias reais ou fidejussórias para assegurar o cumprimento de obrigação;

V - o foro competente para dirimir litígios entre as partes.

§ 2º - A protocolização de pedido de celebração de termo de compromisso ou de ajuste ambiental pelo infrator não suspende a apuração de infrações ambientais, nem a aplicação das sanções estabelecidas nesta Lei, nem o exime da responsabilidade de pagamento do respectivo passivo ambiental.

§ 3º - O infrator apresentará projeto técnico de reparação do dano;

§ 4º - O órgão ambiental poderá dispensar o infrator da apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 5º - Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, após parecer técnico do órgão competente e análise do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, celebrado o termo de compromisso ambiental, a multa poderá ser reduzida ou cancelada por ato do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Mangaratiba.

§ 6º - O termo de compromisso ambiental poderá estipular a conversão parcial ou total das multas aplicadas em serviços de interesse ambiental ou na realização de obras de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, sem prejuízo das medidas previstas no "caput" deste artigo.

§ 7º - Persistindo a irregularidade ou revelando-se a atitude do infrator como meramente paliativa ou procrastinatória, serão cobradas as multas sustadas, com acréscimo de 30% (trinta por cento), sem prejuízo das multas que vierem a ser estipulada no termo de compromisso ambiental.

§ 8º - Todas as multas previstas nesta Lei, cuja aplicação prevê valores mínimo e máximo cominados, sua valoração, dependerá de parecer técnico do órgão competente e análise do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, devendo ser determinada por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 100 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 03 de julho de 2008.

Aarão de Moura Brito Neto
Prefeito